



DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO: A LUTA PELA CONSTITUIÇÃO DO DIREITO

Natali Aristizabal Lancheros (PQ), Flávio Reis dos Santos (PQ) - reisdossantos.flavio@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG)

Introdução

O capitalismo transformou decisivamente o universo educacional a partir do século XX e de acordo com as afirmações de Demerval Saviani (2005, p. 17), podemos constatar que “não é possível compreender a história da sociedade contemporânea e mesmo a história da educação, sem compreender o movimento do capital”. Saviani (2000, p. 84) esclarece a imbricação entre prática educativa e a prática política e chama a atenção para a necessidade de considerar a relação intrínseca entre ambas, “isto é, toda prática educativa, enquanto tal possui uma dimensão política, assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa”.

É importante compreender que na existência de uma relação de reciprocidade, a educação sempre esteve subordinada à política e ao Estado, daí a manipulação do processo educacional. Não podemos esquecer que a sociedade de classes se caracteriza pelo primado da política, o que determina a subordinação real e contínua da educação à prática política. Demerval Saviani (2017, p. 228) considera que “sendo uma relação que se realiza entre partes antagônicas, “a política supõe a divisão da sociedade em partes inconciliáveis devendo, necessariamente, ser partidária. Inversamente, a educação, por ser uma relação entre não antagônicos, supõe a união e tende para a universalidade não podendo, portanto, ser partidária”.

Considerando tal fundamentação, apontamos o papel desempenhado pela legislação, que relega a segundo plano a construção e implantação de políticas para a educação voltadas para a oferta de um ensino público de boa qualidade, coerente e inclusivo para a classe trabalhadora e, mais especificamente, para as populações que vivem no meio rural, historicamente, desconsiderado pelos tecnocratas no processo de formulação das políticas educacionais, que não levam em conta o contínuo movimento de transformação a que estão submetidas essas populações em decorrência das transformações do processo produtivo capitalista.



Educação Rural no Brasil: Indicações Crítico-Reprodutivistas

A emergência e fortalecimento dos movimentos populares a partir dos anos 1970, apesar de toda a repressão da ditadura civil-militar no Brasil, representou a possibilidade de transformação do cenário de descaso com a educação rural que, naquele momento, concentrava as suas ações no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que supostamente tinha o propósito de reduzir os índices de analfabetismo no país. Há de se ressaltar que os governos dos generais-presidentes procuraram encerrar coercitivamente todos os canais de inserção e participação popular e/ou social, sendo as organizações populares e sociais criminalizadas.

A educação rural, historicamente, foi encarada de forma pejorativa pela sociedade, sendo relegada pelos governos brasileiros ao segundo plano, além do que, privilegiaram-se interesses econômicos e políticos dos capitais nacional e internacional não apenas no Brasil, mas em toda a periferia do capitalismo, permanentemente explorada, marginalizada e submetida às potências econômicas mundiais. O sistema de ensino constitui espaço de reprodução das desigualdades escolares e sociais, onde os marginalizados ou classes dominadas não possuem força material (capital econômico) ou uma força simbólica (capital cultural e capital social).

O sistema educacional reforça esta condição e está longe de ser um instrumento de superação da marginalização e da exclusão socioeconômica. Essa situação e/ou condição é preservada pela ação do Aparelho Ideológico do Estado¹ que, por meio da educação difunde (inculca) a ideologia burguesa em toda a sociedade e ocupa “posição dominante nas formações capitalistas maduras após violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante”, isto é, o Aparelho Ideológico Escolar (SAVIANI, 2000, p. 22-23).

A escola reproduz a relação demarcada entre a produção e o capitalismo, inculcando a praticidade por meio da implementação e reprodução de instruções para a formação e manipulação dos estudantes, futura mão de obra barata para o mercado capitalista. Nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, “basta” ter uma

¹ Saviani (2000, p. 22) argumenta que a ideologia existe sempre radicada em práticas materiais, reguladas por rituais materiais definidos por instituições materiais.



escolaridade básica (ler, escrever, contar) para que a pessoa seja inserida no processo produtivo, sem a necessidade de desenvolver grandes esforços que exijam alta capacidade de pensamento e reflexão, “bastam” as habilidades essencialmente manuais. De acordo com a fundamentação capitalista neoliberal a massa populacional não pode ter acesso a uma formação intelectualizada, conteudista, livresca, propedêutica, crítica e reflexiva, pois essa formação se destina exclusivamente à classe dominante.

A Educação para as Populações Rurais

A escola para as populações rurais carece de oferta de um ensino de boa qualidade em que pese a realidade local, todavia inserida numa totalidade, não se deve e não se pode apartar o rural do urbano e vice-versa, pois são partes constituintes da sociedade capitalista, então “se a escola do [e no] campo mudou é porque o próprio campo está em movimento e é do campo que resulta as reivindicações históricas mais acentuadas pela garantia do direito à vida com dignidade e valorização humana” (KNIJNIK; WANDERER, 2013, p. 214).

As reivindicações e lutas dos movimentos sociais articulados com os sujeitos, com as comunidades e com a academia demarcam a luta em busca de uma educação com princípios e objetivos direcionados a uma batalha pela proclamação dos direitos fundamentais das populações do campo e em oposição a uma educação de essência capitalista neoliberal, imposta e direcionada basicamente para apoiar e fortalecer a lógica produtivista e mercadológica, que beneficia exclusivamente a classe dominante. Nessa contraposição e na perspectiva de se apartar da fundamentação cultural de que o rural representa o velho e o passado.

A articulação mais fortalecida e mais reconhecida por diversos autores na luta de movimentos sociais ganhou destaque na década de 1980, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente, pela materialização da Primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo, organizada pelo MST em conjunto com a UNB, CNBB e UNICEF, em Brasília, entre os dias 27 a 31 de julho de 1998, para a criação do Movimento Por Uma Educação do Campo (UNESCO/CNBC, 1998).

Vários foram os movimentos sociais que intensificaram a luta e demonstraram a importância de uma educação que realmente pudesse contribuir para a liberdade e



fortalecimento das pessoas e comunidades nos processos de transformações paradigmáticas das realidades nas que (sobre)viviam, em prol de uma melhor qualidade de vida, garantindo em definitivo os direitos fundamentais individuais e coletivos (BEZERRA NETO, 2010). As reivindicações dos movimentos e as opressões sofridas no transcurso da história, constituíram os pressupostos para diversas linhas de pesquisa sobre a dimensão pedagógica dos movimentos populares e sociais (PALUMBO, 2016).

Destacamos uma importante conquista dos movimentos sociais: a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 01, de 03 de abril de 2002), que passou a considerar a existência de diferentes grupos humanos que moram e trabalham no campo, como os agricultores familiares, assalariados rurais, sem-terra, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas, entre outros, que apresentam diferentes saberes e formas de relação com a terra, com o mundo do trabalho e da cultura (SANTOS, 2016).

Apontamos também, a consolidação da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC) em 2004, no escopo da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD), com a atribuição de articular as ações do MEC pertinentes à educação do campo (GPT/MEC, 2005). Essas ações, acompanhadas por instituições no âmbito do MEC e com a participação de representantes de outros entes do governo, organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área, especialmente, aquelas que representam os trabalhadores rurais, assumiram uma agenda de trabalho para discutir e subsidiar a construção de uma política de educação do campo que viesse a respeitar a diversidade cultural e as diferentes experiências das populações do campo (SANTOS, 2016).

Especificando o direito a uma educação rural ou como passou a ser denominada pelos movimentos sociais no Brasil, educação do campo, acentuou-se a necessidade da elaboração de políticas públicas educacionais coerentes com os povos do campo ou do meio rural, temos como resultado a publicação do Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que especifica as populações do campo como sendo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, Artigo 1º, 2010).

Em primeiro momento, podemos perceber que o Decreto insere todas as populações do meio rural ou do campo numa única categoria, onde se dispõe uma mesma política para todas as comunidades, grupos, etnias ou populações, sem ter em conta as culturas, tradições, línguas etc., o que por si só, já acarretaria uma série de consequências negativas na busca por uma educação coerente, de qualidade e diferenciada para as pessoas de cada uma dessas comunidades. Portanto, é preciso reconhecer que nem todas as comunidades mencionadas produzem as suas condições de existência a partir do trabalho no meio rural (SANTOS, 2016)

Considerações Finais

As conquistas dos movimentos sociais em defesa da educação para as populações do meio rural são inegáveis, entretanto, há muito que avançar em nosso país para assegurar a oferta e prática de uma educação e de uma escola bem aparelhada e de boa qualidade para os indivíduos e comunidades locais, na medida em que existe uma série de problemas a ser superada:

1) Carência de professores qualificados (especialmente que compreendam a realidade das estudantes); 2) Precariedade física das instalações; 3) Precariedade física do transporte; 4) Precariedade física das vias para chegar às escolas; 5) Currículos descontextualizados e incoerentes com as realidades locais; 6) Distribuição geográfica das escolas) 7) Insuficiência alimentar; 8) Distinção de salários entre os professores do campo e da área urbana; 9) Salários precários para os profissionais que atuam nas escolas do campo (GPT/MEC, 2005).

Para encerrar, ressaltamos que a exploração da força de trabalho do homem e a destruição do meio ambiente natural não podem estar vinculadas apenas à proclamação de direitos fundamentais, mas em assegurar a efetividade do direito à liberdade e fortalecimento político, econômico e social dos sujeitos e comunidades do meio rural. Portanto, a ação e atuação das comunidades rurais precisam ser permanentes e de “resistência ativa, pois são indispensáveis como estratégia de luta por uma escola pública livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado” (SAVIANI, 2017, p.



232).

Referências

- BEZERRA NETO, Luiz. Educação do campo ou educação no campo? Revista **HISTEDBR**, Campinas, n. 38, jun. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art12_38.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2010.
- BRASIL. **Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 10 janeiro. 2017.
- KNIJNIK, Gelsa; WANDERER Fernanda. Programa Escola Ativa, escolas multisseriadas do campo e educação matemática. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a14.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- PALUMBO, María Mercedes. Educación en movimientos populares rurales: un estado del arte. **Revista Historia y Educación en Latinoamérica**, Universidad de Buenos Aires, v. 18, n. 26, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0122-72382016000100011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 junho. 2017.
- SANTOS, Flávio Reis. **Políticas públicas de educação no/do campo**: o transporte de estudantes no município de Morrinhos/GO. 2016. 128f. Relatório (Estágio Pós-Doutoral em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2016.
- SANTOS, Flávio Reis; BEZERRA NETO, Luiz. Práxis educativa para as populações camponesas brasileiras: do ruralismo pedagógico ao materialismo histórico-dialético. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 39, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/31676/20595>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- SAVIANI, Demerval. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, Demerval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana, LUCENA Lurdes (Orgs.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia/MG: Navegando, 2017.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: polêmicas do nosso tempo. 33ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- UNESCO. **Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (CNBC)**. Brasília/DF: MST/UNB/CNBB/UNICEF/UNESCO. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149798porb.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2016.